

Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social^o **(Research and knowledge production in Social Work)**

José Fernando Siqueira da Silva^{*}

Resumo – O ensaio teórico apresentado tece comentários sobre a pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço Social a partir de Marx e de sua tradição. Oferece, ainda, uma retomada crítica do legado marxista nessa profissão, ressaltando a pertinência e os cuidados necessários para uma interlocução profícua e propositiva entre a produção marxiana (como teoria social crítica) e o Serviço Social (como uma das profissões que atua com as múltiplas expressões da “questão social”). A partir dessas considerações, são indicados alguns aspectos importantes para a produção do conhecimento no Serviço Social, suas particularidades e sua utilidade para a formação e para a intervenção profissional do assistente social.

Palavras-chave – Pesquisa. Serviço Social. Produção do conhecimento

Abstract – This essay is about research and production of knowledge in Social Service from a Marxist perspective and its tradition. It also propose the a critical revisit of the Marxist legacy in the profession, emphasizing the pertinence and necessary concern for a productive dialogue between the Marxian production (as a social theory) and Social Service (as one of the professions witch deals with the multiple expressions of the social issues). Based on these considerations some important aspects are indicated for the production of knowledge in Social Service, its specificities and utility for the education and professional intervention of the social worker.

Key words – Research. Social Service. Production of knowledge.

Considerações introdutórias

O ensaio teórico aqui apresentado trata da interlocução estabelecida entre o Serviço Social, a produção marxiana e a sua tradição, indicando aspectos relevantes para a pesquisa e a produção de conhecimentos em nível de Serviço Social. Elucida, sinteticamente, o debate travado entre eles a partir do chamado “processo de reconceituação” (NETTO, 1991), apontando os limites e as possibilidades desta aproximação. Embora o Serviço Social e a produção teórica oriunda de Marx e de sua tradição componham instâncias diferentes e sejam antagônicos nos seus fundamentos de origem, a relação entre eles é viável, necessária e proveitosa. A pesquisa permanente e a produção de conhecimentos em Serviço Social são

^o Artigo recebido em 30.06.2007. Aprovado em 26.11.2007.

^{*} Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo/SP, Brasil. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

decisivas para a sobrevivência desta profissão na contemporaneidade. Mais do que isso, é condição básica para sua inserção crítica na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985) e para a qualificação dos assistentes sociais que cotidianamente lidam com múltiplas e complexas manifestações da chamada “questão social”.¹ É importante perquirir esta trama em um “setor” das “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, prematuramente considerado como unicamente interventivo e, também por isso, de pequena relevância científica.

1 Marcos e marcas do legado marxista no Serviço Social brasileiro

Em toda a ciência o difícil é o começo
(MARX apud FERNANDES, org., 1989, p. 9).

Os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorreram ao longo do “processo de reconceituação”, ou seja, a partir de um movimento de cunho latino-americano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais e consumiu uma década (de 1965 a 1975 – não exatamente). Esse processo manifestou, no seu interior, tendências diversas predominantemente denominadas por Netto (1991) como “modernizadoras” (de orientação funcionalista – CBCISS, 1989), de “reatualização do conservadorismo” (de inspiração fenomenológica – ALMEIDA, 1986) e com “intenção de ruptura” (de tendência marxista – SANTOS, 1983), todas elas comprometidas com a discussão e a formulação de alternativas teórico-práticas em relação ao “Serviço Social tradicional”.² Vale registrar que este intenso debate foi particularmente realizado sob ditaduras militares implantadas na América Latina a partir dos anos sessenta do século XX, informação esta em nada desprezível particularmente para os grupos de orientação marxista. Muitos estudantes e profissionais já formados em Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX, estabeleceram seus primeiros contatos com o marxismo através dos movimentos sociais e da resistência à ditadura militar.

¹ A questão social é aqui entendida como um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1984, p. 187). Sobre esta discussão, no âmbito do Serviço Social, consultar o debate apresentado por Netto, Iamamoto, Yazbek e Pereira, em ABEPSS/Temporalis (2001).

² Chama-se “Serviço Social tradicional” o conjunto de pressupostos doutrinários e interventivos, sustentados na Doutrina Social da Igreja, que orientaram o Serviço Social desde o surgimento da primeira escola brasileira em São Paulo (1936).

Mesmo considerando o caráter sincrético destacado anteriormente, os estudos de Netto (1991) mostram que as inúmeras simplificações geradas por leituras equivocadas da profissão, bem como as diferentes orientações teóricas, freqüentemente ecléticas, que também subsidiaram as diferentes concepções formadas antes, durante e depois do “processo de reconceituação”, é preciso reconhecer que o Serviço Social não sobreviveria como profissão sem essa intensa revisão teórico-prática. Como já indicava Netto (1981, p. 75) em um de seus primeiros balanços críticos sobre a crítica conservadora ao “processo de reconceituação”,

desvelar a inépcia da crítica conservadora reveste-se de um duplo sentido: resguardar a profissão dos danos realmente contidos na tendência restauradora e, ao mesmo tempo, acumular o fôlego analítico de que o Serviço Social carecerá, dado um novo movimento de afluxo das forças comprometidas com a revolução social latino-americana, para transcender os seus constrangimentos institucionais.

As primeiras influências do marxismo no Serviço Social – “adoçadas” pela autocracia burguesa e pela sua expressão política no regime militar brasileiro de 1964 (NETTO, 1992) –, vão adquirir maior visibilidade durante o processo de abertura democrática “lenta e gradual” a partir da segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. Além da pobreza teórica, também subsidiada pelo clima político repressivo da época, é preciso salientar os inúmeros ruídos advindos de um “marxismo sem Marx”, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários. Nesse contexto, o tripé que sustenta a teoria marxiana foi simplificado por esquemas de manuais: a dialética materialista é compreendida como um jogo mecânico e formal entre a tese, a antítese e a síntese e a categoria da totalidade esvaziada por um tipo de epistemologismo e de formalismo metodológico;³ a teoria valor trabalho é reivindicada para sustentar uma determinação mecânica da economia, reduzindo a noção de condições de existência e sua relativa prioridade – em última instância – a um domínio da economia no seu sentido estrito (economicismo); a perspectiva da revolução não é apanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas. A revolução, então, aparece como uma tarefa do Serviço Social e de um conjunto de profissionais messianicamente comprometidos com a “capacitação”, com a “organização” das massas e com a “transformação da sociedade” (SANTOS, 1983). Expressa-se, aqui, uma outra importante confusão também gerada pelo clima de abertura política e de luta pela redemocratização do Brasil: *a identificação entre emancipação política e emancipação humana, característica esta*

³ Certamente marcado pela “aplicação” teórica e pelo pragmatismo “prático” e por uma identificação entre “prática político-partidária” e “prática profissional” (identificando práxis social e práxis profissional).

ainda presente, sob outros desafios sócio-históricos, na contemporaneidade. Como já indicava o jovem Marx (2005, p. 42):

A liberdade do egoísta e o reconhecimento desta liberdade são a expressão do reconhecimento do movimento *desenfreado* dos elementos espirituais e materiais que formam seu conteúdo de vida. Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial. [...] O homem real só é reconhecido sob forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro, somente sob a forma de *citoyen abstrato*. [...] a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo *egoísta independente* e, de outro, *a cidadão do estado*, a pessoa moral (MARX, 2005a, p. 41-42; grifos do autor).

O primeiro estudo em nível de Serviço Social mais diretamente fundamentado nas contribuições marxianas foi publicado na primeira metade dos anos 80 do século XX. Trata-se da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (1985), de autoria da assistente social e professora Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho. A grande contribuição desta importante obra está na releitura acerca da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, sustentadas *na proposta urbano-industrial impulsionada pelo Estado brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas (1930), na modernização do trabalho leigo católico e no aprofundamento da questão social oriunda das contradições entre capital e trabalho intensificadas em todo território nacional tendo por base o legado deixado pela economia agrário-exportadora.* Iamamoto situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do mundo do trabalho, cumprindo uma função específica de gerenciamento de projetos e programas de cunho social comprometidos com a administração das desigualdades sociais. A autora também chama a atenção para o caráter controlador do exercício profissional do assistente social, administrando múltiplos conflitos originados na relação capital-trabalho (função historicamente atribuída à profissão). Por outro lado, o estudo não necessariamente identifica o exercício profissional como uma ação meramente paliativa e reprodutora da ordem burguesa unicamente confinada aos interesses do capital (embora eles sejam insuprimíveis), mas indica possibilidades objetivas (concretas e historicamente dadas) para potencializar um outro tipo de Serviço Social.

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe

trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão, é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (IAMAMOTO, 1985, p. 75).

Foi sob o legado deixado por essa tradição, originalmente denominado por Netto (1991) de “intenção de ruptura” (com todos os problemas e limitações enfrentadas), que a aproximação entre o Serviço Social, as produções marxianas e marxistas se deram ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX até os dias atuais. Esta interlocução – embora não seja a única no campo plural que marca o Serviço Social – vem sendo intensamente aprimorada e sistematizada em inúmeros livros, artigos, comunicações de congressos e encontros de pesquisadores,⁴ bem como tem surtido efeitos práticos extremamente significativos nas diretrizes curriculares nacionalmente aprovadas para os cursos de Serviço Social no Brasil (com impactos muito positivos na formação profissional), na revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e na formulação de um projeto ético-político claramente comprometido com demandas oriundas da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999-2000). Ao mesmo tempo, este debate tem desafiado os assistentes sociais a produzirem conhecimentos e ações comprometidas não apenas com a emancipação política do ser social (possível de ser mantida no capitalismo – ainda que a tensão entre a afirmação de direitos e o processo de reprodução do capital tenha se intensificado significativamente no final do século XX). É preciso, também, sem ilusões, que o Serviço Social se sintonize com um outro horizonte que possa favorecer a emancipação humana.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propes’⁵ como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (MARX, 2005a, p.42).

⁴ Com especial atenção para os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e para os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Não há espaço hábil, aqui, para analisar a diversidade, a amplitude, os problemas e as qualidades desta produção.

⁵ Próprias forças (citação mantida a partir do texto original).

2 **Pesquisa e produção de conhecimentos em Serviço Social: as contribuições do enfoque crítico-dialético**

A preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social é recente se comparada com algumas importantes “áreas” das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa tendência, conforme anteriormente indicado, se consolidou mais intensamente a partir do processo de reconceituação latino-americano, incorporando os limites e os avanços propiciados por este movimento. A absoluta falência do “Serviço Social tradicional” (NETTO, 1991) e as diversas alternativas a ele formuladas, recuperaram – mesmo que inicialmente de forma pontual – a necessidade da pesquisa para sintonizar a profissão com os imensos desafios da segunda metade do século XX. O caráter heterogêneo, eclético e empirista/formalista que marcou o processo de reconceituação em suas principais e diversas vertentes há pouco relacionadas (NETTO, 1991), estabeleceu parâmetros e bases teóricas diferenciadas que repercutiram decisivamente em diferentes perspectivas e formas de pesquisa em nível de Serviço Social.

O balanço crítico da reconceituação e a maturidade do Serviço Social como uma profissão que concentra, simultaneamente, forte carisma interventivo e densidade teórica (particularmente e com maior intensidade na perspectiva de “intenção de ruptura”), criaram as condições objetivas para um resgate mais denso sobre o papel desempenhado pela pesquisa e pela produção do conhecimento em nível de Serviço Social. Tudo isso tem indicado claramente os parâmetros universais sustentadores de uma formação profissional atual, densa, sólida e fortemente atrelada aos desafios impostos à profissão. Isso, no entanto, por si só, não garante que as múltiplas mediações necessárias para a explicação da realidade enfrentada pelos assistentes sociais em seus diversos espaços de atuação na contemporaneidade, estejam sendo devidamente reconstruídas. É neste contexto e sob as condições objetivas propiciadas pela década de noventa do século XX⁶ que a pesquisa é reivindicada como um passo importante e crucial para a formação e para a intervenção profissional dos assistentes sociais.

A produção do conhecimento – também em nível de Serviço Social – carece de um exercício crítico que não abdica nem supervaloriza a razão humana, ou seja, o profissional-pesquisador se debruça sobre determinada realidade material, reconstruindo-a como “concreto pensado” (MARX apud FERNANDES (org.), 1989, p. 410). Nesse sentido, o que se busca é a

⁶ Cenário fortemente marcado pela crise no processo de acumulação do capital, seus profundos impactos no mundo do trabalho (desregulamentação, precarização e terceirização – ANTUNES, 1999 e 2000), seus ataques sistemáticos à garantia de direitos sociais e suas ações para compor um Estado enxuto especificamente na manutenção desses direitos (BEHRING, 2003; MONTAÑO, 2002).

“lógica da coisa” (materialmente fincada na realidade) e não a “coisa da lógica” (sustentada na cabeça do profissional),⁷ reconstruindo categorias que necessariamente fazem parte da estrutura do real e exprimem “formas de vida, determinações de existência” (MARX apud FERNANDES, org., 1989, p. 415). Portanto, as categorias não são construções unicamente teóricas criadas pela razão e sistematizadas em “títulos conceituais”, mas sim reconstruções possíveis da dinâmica do real em uma dada historicidade. Os assistentes sociais – e não somente eles – lidam com temas e objetos de estudo inseridos no mundo e imbricados com a vida de seres sociais. Reivindica-se, então, a unidade/diversa entre a ontologia (fundada na vida e na natureza de determinados seres que possuem história e historicidade) e a gnosiologia (o movimento intelectual que persegue, indaga, desmonta e remonta a realidade com o inseparável auxílio da razão), não identificando ou separando totalmente estas dimensões. É preciso, portanto, reconstruir mentalmente – o mais fielmente possível – a *totalidade do movimento da realidade complexa e contraditória* que, por sua vez, possui uma dinâmica própria que não é abstratamente criada. O singular (parte constitutiva da totalidade), ou seja, a forma como o universal aparece imediatamente aos olhos dos assistentes sociais na esfera da vida cotidiana (HELLER, 1989) – que é plena, mas tende a aparecer através de múltiplas, caóticas e fragmentadas demandas –, serve de ponto de partida e deve ser desconstruído na sua imediaticidade. A busca e a reconstrução da mediaticidade, do não aparente, é passo necessário para apanhar o fenômeno na sua totalidade (processo jamais capturado pelo sujeito na sua exatidão), momento em que transbordam múltiplas mediações, isto é, conexões e passagens explicativas inseridas na própria realidade, capazes de explicar as particularidades que unem o universal (composto por elementos explicativos mais gerais, reconstruídos a partir do imediatamente dado) e o singular (a forma como o universal se revela imediatamente na vida cotidiana).⁸

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (MARX apud LUKÁCS, 1979, p. 38).

Ou ainda, nas palavras de Lukács (1979), é preciso valorizar certo tipo de cientificidade que,

⁷ Conforme nos alerta o jovem Marx ainda um democrata radical (MARX, 2005b, p. 39).

⁸ Nunca é demais afirmar que o método em Marx sempre deve ser retomado juntamente com dois outros pontos centrais e insuprimíveis em sua obra: a teoria valor trabalho (considerando a centralidade da categoria trabalho – nela a ontologia do ser social destacada por Lukács) e a perspectiva da revolução.

no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica de realidade em si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente – no máximo nível de consciência, com o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele (LUKÁCS, 1979, p. 27).

Posto isso, é possível e necessário avançar na análise sobre a pesquisa e a produção do conhecimento em nível de Serviço Social. Um primeiro desafio básico nesta direção é rever a tendência que, sob diferentes espectros teóricos, realiza a ruptura entre a teoria e a prática e, portanto, inviabiliza qualquer possibilidade da práxis. Ao assumir a prática como uma dimensão prioritária e emasculadora da teoria crítica (considerada, por essa perspectiva, uma ação prolixa e desnecessária – SILVA, 2005), o assistente social estará reforçando a perversa identidade social e historicamente atribuída ao Serviço Social desde sua origem (MARTINELLI, 1993): “[...] somos profissionais ‘da prática’ e, por isso, o que é o pior, não é necessário um esforço teórico e investigativo consistente (atribuído às outras áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)”.⁹ Por outro lado, tendências teoristas também são nefastas, pois não se apropriam dos temas nevrálgicos e necessários à profissão. Não há, neste perverso cenário, a menor possibilidade de qualquer atitude séria – por mais bem intencionada que seja – capaz de orientar a sistematização de dados ou, mais ainda, a organização, a análise e a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social. Em outras palavras, não existe pesquisa – nem de longe – sob essas condições.

Parece evidente, então, que a produção do conhecimento, realizada por meio de pesquisas em nível de Serviço Social, deve considerar uma relação entre a teoria e a prática que não anule ou supervalorize uma em relação a outra. Em outras palavras, a unidade-diversa entre teoria e prática (a práxis dialética), carece de certo tipo de articulação em que a realidade enfrentada diretamente pela prática profissional oferece elementos para que a razão teórica se

⁹ O que se faz, no limite, a partir dessa concepção sobre o Serviço Social, é recorrer pragmática e ecleticamente, “na medida da necessidade”, às produções teóricas fornecidas pelas áreas responsáveis por isto. O profissional, no máximo, sistematiza dados para que outros segmentos do saber produzam conhecimento. Certamente esta questão vem sendo combatida por importantes setores da profissão comprometidos com uma formação profissional ampla, consistente, crítica e propositiva. As atuais orientações curriculares são impecáveis no combate a essas tendências. Isto não significa, no entanto, sucesso nessa empreitada. Ao contrário, esse tratamento fragmentado também em nível de Serviço Social – e intrínseco à ordem burguesa em curso – tem incorporado, discursivamente, o legado crítico expresso nas atuais diretrizes curriculares. É preciso denunciar isto.

debruce sobre desafios concretos sem que, com isso, se “aplique” um receituário capaz de solucionar, por si só, as concretas provocações cotidianas. Isso significa que a prática profissional desenvolvida em uma dada realidade e seus inelimináveis desafios são fundamentais para o Serviço Social (fazem parte da sua natureza como profissão). As provocações imediatamente apresentadas à intervenção profissional servem, necessariamente, como ponto de partida e de chegada (após um longo caminho de desvendamento e reconstrução do real), processo esse apoiado no exercício crítico da razão teórica. Isso somente pode ser viabilizado por sujeitos históricos possíveis (entre eles os assistentes sociais), que se apropriam das possibilidades inscritas na própria realidade e as potencializam através de alternativas reconstruídas diante das condições objetivas disponíveis (IAMAMOTO, 1994 e 2000). É nesta relação que a pesquisa se insere como *um ingrediente imprescindível* para o profissional mirar a realidade, dialogar criticamente com ela, produzir um conhecimento sobre esse processo – ainda que sempre inexato e inacabado – e subsidiar alternativas viáveis para serem praticadas. Nega-se e supera-se, assim, o praticismo repetitivo e a onipotência da razão teórica pensante.

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2000, p. 21).

São fundamentais as indagações de Simionatto (2005) sobre o hiato entre a produção de conhecimento dos grupos de pesquisa e as exigências impostas à profissão, ainda que não se possa generalizar essa lacuna. Pergunta a autora:

Como o conhecimento produzido pode tornar-se uma ferramenta às práticas profissionais, no sentido de qualificá-las enquanto expressões de uma totalidade mais ampla? Visto que o Serviço Social se caracteriza pela sua dimensão interventiva, de que forma a produção de conhecimentos pode tornar o fazer profissional mais competente e qualificado? Como produzir um conhecimento que estabeleça mediações entre os processos sociais mais amplos e as diferentes esferas onde se inscreve o trabalho profissional? Como problematizar, atribuir um trato teórico e, portanto, produzir conhecimentos sobre demandas e requisições que circunscrevem o campo profissional, superando a postura de denúncia e contestação? (SIMIONATTO, 2005, p. 57-58).

Mais do que concretizar os assuntos estudados nos centros de excelência acadêmica e nos grupos de pesquisa compostos por pesquisadores financiados pelo CNPq, CAPES, FAPESP, entre outros importantes órgãos de fomento, é preciso arrombar os muros que

separam as universidades e os múltiplos espaços de intervenção profissional, mantendo os cuidados necessários para enfrentar as diversas armadilhas da “modernidade”: o voluntarismo, o desmonte dos serviços públicos de qualidade, a fragmentação e a individualização do conhecimento, bem como a privatização das pesquisas seja através do financiamento ou da apropriação, com fins privados, dos recursos oferecidos pelas universidades públicas. É fundamental estabelecer e consolidar espaços que propiciem um diálogo permanente entre os centros de produção de conhecimento (incluindo a colaboração entre eles próprios) e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações.

Portanto, a pesquisa em nível de Serviço Social precisa perquirir temas pertinentes para esta profissão, para seus usuários e para os próprios assistentes sociais, utilizando a realidade como um necessário celeiro empírico que, por si só, não produz conhecimento. Esta postura, ao mesmo tempo, funciona como uma vacina eficiente contra toda e qualquer sobrevalorização da razão teórica (por mais brilhante que seja), fazendo da realidade o ponto de partida e também de chegada após um longo processo que indica – ainda que sempre de forma insuficiente – *como o universal se particulariza no singular e como esta singularidade se universaliza. Essa relação não se revela imediatamente (embora exista efetivamente) e, por isso, carece de um exercício de superação da esfera imediata baseado em uma relação carnal entre razão e realidade* (SILVA, 2005). Destarte, a pesquisa deve *reconstruir mediações (conexões)* que revelam como o universal se particulariza em uma determinada singularidade e de que forma esta singularidade contém o universal e é influenciada por ele. Esse é um desafio crucial para os assistentes sociais, sobretudo para os pesquisadores responsáveis diretos pela delimitação de objetos de estudo, pelos vínculos institucionais, estimuladores de trabalhos coletivos e interdisciplinares, ou pela definição de grupos e de linhas de pesquisa capazes de articular a graduação, a pós-graduação (KAMEYAMA, 1998) e os diversos profissionais situados dentro ou fora do espaço acadêmico (muitos deles supervisores de campo no estágio curricular). *Para tanto é importante romper o medíocre isolamento profissional e detonar a arrogância acadêmica.* Sobre isso Yazbek (2005, p. 155-156) diz:

Esse descompasso se pode observar também na pesquisa que, muitas vezes, não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, que não faz os vínculos e as passagens de nossa compreensão teórico-metodológica da realidade para situações singulares que configuram nosso exercício profissional cotidiano. É tarefa da pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação de sujeitos sociais.

É fundamental não endossar, no interior da própria profissão, a ruptura entre o pesquisar e o fazer profissional. As novas diretrizes curriculares são claras quando reivindicam a pesquisa como um componente absolutamente necessário para a formação e para a intervenção profissional do assistente social, sendo ele docente ou não. Ou seja, a pesquisa deve se desenvolver nas universidades, articular-se com os diferentes espaços de inserção profissional (nas condições há pouco citadas) e, mais do que isso, *deve ser um traço central do exercício profissional do assistente social independentemente de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho*. A postura investigativa é necessária para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva. Sem este procedimento, o profissional de Serviço Social não exerce seu papel como sujeito histórico possível e, dessa forma, não coloca em movimento as possibilidades históricas de transformação inscritas na própria realidade. O profissional, então, é dragado pela dinâmica imediata do real, consumido pelas relações cotidianamente estabelecidas. Inviabiliza-se, assim, qualquer alternativa que possa contribuir com a sintonia entre a profissão e da intervenção profissional (guardados seus limites intrínsecos), e a emancipação humana.

Diante disso, é preciso reivindicar uma densa formação teórico-prática em nível de Serviço Social, ou seja, é necessário oferecer espaços de estudo que propiciem a apropriação crítica de textos originais também contidos nas fontes clássicas e, ao mesmo tempo, endossar uma formação impiedosamente sustentada na pesquisa de temas fñcados na própria realidade. O produto deste trabalho deve retornar ao cotidiano profissional, ser “consumido” e criticado pelos próprios profissionais, subsidiando e aprimorando a intervenção dos mesmos. Certamente que as condições objetivas para que os assistentes sociais desempenhem este tipo de atividade no espaço acadêmico, não são as mesmas quando consideramos as exigências enfrentadas pelos demais profissionais inseridos em outros espaços institucionais. Nesta segunda situação, as ações devem ter maior agilidade diante de desafios que exigem respostas rápidas. Isso, no entanto, não pode consumir o profissional ou, mais ainda, servir de justificativa para a adoção de uma postura pragmática e pouco refletida. É sob esse terreno pantanoso que se reproduz uma prática que reitera o instituído. Em outras palavras:

[...] É preciso ter claro que o verdadeiro ponto de partida não está na “cabeça” do assistente social, mas na realidade que desafia, provoca, orienta e indica as bases para um determinado por teleológico que estabelece o patamar para um trabalho profissional crítico e propositivo. O profissional precisa *potencializar e valorizar exatamente aquilo que é freqüentemente reivindicado por ele próprio como sendo a razão imediata de sua paralisia e*

desânimo: as demandas, os limites e os desafios com as quais os profissionais se deparam no cotidiano profissional (SILVA, 2006, p. 170).

Portanto, a formação teórica e a pesquisa permanente são essenciais em quaisquer contextos de inserção profissional, ainda que o tempo disponível para a crítica e para a formulação de alternativas seja, evidentemente, diferente. Isso exige, simultaneamente, articulação entre a academia e os demais espaços em que ocorre a intervenção profissional do assistente social (como já foi enfatizado), *bem como a incorporação de uma atitude investigativa – na própria ação profissional – que vá além da simples sistematização de dados*. É importante elucidar, na atuação profissional do assistente social, momentos de decodificação crítica da realidade comprometidos com a formulação de ações e de estratégias que respondam com agilidade e com qualidade às demandas institucionais. Trata-se de um trabalho difícil – desde a disponibilidade de tempo até os imensos desafios para a formação da massa crítica –, mas, ao mesmo tempo, necessário para a requalificação dos assistentes sociais e para sobrevivência da profissão. Evidentemente que isso exigirá mudanças no instituído, seja por parte do próprio profissional ou da cultura institucional.

A partir desta ótica, inverte-se radicalmente o significado da intervenção profissional: o que servia de motivo para rebaixar, subalternizar e reforçar preconceitos em relação à profissão (“o Serviço Social é uma profissão prática”, “qualquer um pode ser assistente social”, “o assistente social não precisa estudar muito”, entre outras afirmações generalizadas sem qualquer cuidado), passa a ser um trunfo importante como ponto de partida e de chegada da práxis profissional (sem ilusões ou fatalismos – IAMAMOTO, 1994 e 2000). Afinal, possíveis transformações ocorrem através de ações práticas, ainda que elas sejam formadas, evidentemente, por intervenções subsidiadas pela razão teórica e crítica que se debruça sobre a realidade (com a pesquisa inserida nesse contexto). Nesse sentido, a prática pela prática é tão estéril quanto a teoria pela teoria. Como lembra Marx (1987) na oitava e na décima primeira tese sobre Feuerbach:

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na praxis humana e na compreensão da práxis [...] Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes formas; mas o que importa é *transformá-lo* (MARX, 1987, p. 128).

A práxis profissional somente encontra condições objetivas para se realizar quando o assistente social, subsidiado pela teoria crítica, se debruça sobre um leque bastante amplo de assuntos com os quais a profissão lida. Entre os assuntos, podemos citar: os programas e os

projetos realizados com jovens, adultos, famílias e idosos das camadas populares, a implantação da política de assistência social – rede de atendimento, o Sistema Único de Assistência Social, os Centros de Referência de Assistência Social, por exemplo –, a violência nas suas múltiplas faces, as diversas demandas na área de saúde, entre outros espaços, qualificando criticamente a discussão, a organização e a operacionalização das ações realizadas. *Indicam-se, aqui, os limites e as armadilhas dessas alternativas (sobretudo aquelas centradas na sobrevalorização da emancipação política) e, ao mesmo tempo, suas possibilidades para fortalecer e favorecer movimentos na direção da emancipação humana.* Somente nesse nível é possível falar em trabalho profissional – sem romper, é claro, com os marcos do trabalho abstrato insuperável no capitalismo (MARX, 1983) –, edificando-o sob outras condições que revitalizam certo tipo de intervenção profissional que *satura e forceja ao máximo as diversas possibilidades inscritas na própria realidade sócio-histórica.* O assistente social não perde, por isso, a lucidez de que as ações por ele implementadas, por melhores e mais bem intencionadas que sejam, não solucionam as contradições estruturais que extrapolam os marcos da profissão (intrínsecas à ordem do capital). Sob esse contexto, edifica-se um profissional de forte base teórica, de alta capacidade para dialogar criticamente com as demandas imediatamente impostas à profissão (as singularidades que se expressam no cotidiano profissional), um profissional necessariamente propositivo e “vacinado” contra possíveis tipos de idealismos ou de “realismos” que emasculam o exercício da práxis profissional. Trata-se de uma postura que, sistematicamente, teoriza a realidade sem violentá-la através de regras abstratamente criadas e, ao mesmo tempo, valoriza a prática sem crer que ela, por si só, produz conhecimento (embora seja fonte não imediata de conhecimento).

Comentários finais

Desenvolver pesquisas na contemporaneidade não exige apenas capacidade (embora não prescinda dela). É preciso delimitar objetos de estudo que sejam relevantes para a imensa maioria da população brasileira que participa da produção social, sem ser beneficiada pela riqueza por ela gerada. É necessário investigar os porões da sociedade contemporânea, estruturada sob a ordem do capital (e este é um fato incontestável e não uma afirmação “contaminada de ideologia”), tendo claro que isso exigirá, sempre, de uma forma ou de outra, atitudes políticas (assumidas ou não), indo muito além de “conclusões científicas” comprometidas com a naturalização da propriedade privada ou, no máximo, com certo tipo de crítica resignada. Obviamente que, sob esta perspectiva, não é nada tranquilo produzir

conhecimento. Os incentivos, os recursos e as prioridades são cada vez mais determinados por interesses privados. *Combater a mercantilização da academia e das unidades educacionais e de fomento à pesquisa é tarefa necessária para a democracia e para a liberdade* (no sentido real dessas terminologias). *Mais do que isto, é condição básica para a consolidação da massa crítica e para uma formação profissional coerente com as atuais diretrizes curriculares do Serviço Social e com os imensos objetivos que se colocam para além desta profissão: a emancipação humana. É preciso reafirmar essa radicalidade!*

Isso, entretanto, deve ir além da denúncia e da crítica estéril que, em absoluto, mudam o mundo. É preciso combater estruturas sustentadas por indivíduos e por grupos, dentro e fora da academia, que privatizam as informações e o conhecimento – também através de pequenos gestos e procedimentos – e reforçam uma hierarquia baseada na tutela e no mando (traços comuns da história brasileira). Trata-se, então, de um trabalho que envolve *valores éticos comprometidos com a socialização do saber e com a emancipação humana*, capazes de impregnar individualmente e coletivamente atitudes e propostas sejam elas simples ou complexas. Sem esse importante ingrediente – embora ele não seja o único – o Serviço Social estará fadado ao fracasso como profissão.

Não há como suprimir tensões entre uma profissão que surgiu claramente atrelada às bases do pensamento conservador católico para administrar tensões oriundas da relação capital-trabalho, e uma teoria social crítica estruturalmente comprometida com a superação da ordem burguesa (o marxismo). Por outro lado, esse vínculo conservador do Serviço Social não se impõe como uma determinação fatalista que impede a reconstrução do exercício profissional do assistente social como um espaço que pode, sob outro patamar, contribuir com níveis crescentes de emancipação (ainda que a emancipação humana não seja alcançada pela simples radicalização da emancipação política).¹⁰ A interlocução entre o Serviço Social e a produção crítica sustentada em Marx e em sua tradição, não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. Trata-se de uma relação crucial para criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais, freqüentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradoras da ordem, hoje hegemônica, em escala planetária: a burguesa. O marxismo pode, também, apropriar-se de inúmeros temas de altíssima relevância social por meio do Serviço Social. Os assistentes sociais fazem parte de

¹⁰ Consultar Lessa (2007).

uma categoria profissional que, como poucas profissões, atua nos rincões da sociedade burguesa madura e com as múltiplas e complexas mazelas sociais recriadas globalmente por esta ordem societária. Esta base empírica, advinda do exercício profissional, é de extrema riqueza, ainda que careça, inegavelmente, de reconstrução crítica.

Embora seja inadequado afirmar a possibilidade de se constituir um “Serviço Social marxista”, é absolutamente legítimo e necessário valorizar uma aproximação qualificada entre eles e consolidar um Serviço Social crítico e maduro. A pesquisa e a produção de conhecimentos agradecem.

Referências

- ABEPSS. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.
- ALMEIDA, Ana Augusta. Reflexões sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social. *Teorização do Serviço Social – Documentos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. p. 183-193.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? – Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- _____. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma – desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social – Documentos: Araxá, Teresópolis e Sumaré*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- FERNANDES, Florestan (Org.). *O método da economia política. Marx/Engels. História*. São Paulo: Ática, 1989. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- IANNI, Octávio (Org.). *Infra-estrutura e superestrutura – O prefácio da Contribuição à Economia Política. Marx – sociologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 82-83. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social. *Cadernos ABESS*. São Paulo, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.
- LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 28, n. 90, p. 35-57, 2007.
- LUKÁCS, György. *Introdução a uma estética marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Ontologia do ser social – A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (2)

- _____. *Ontologia do ser social – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (1)
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005a.
- _____. *As teses sobre Feuerbach. A ideologia Alemã*. 6. ed. São Paulo: 1987.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- _____. Introdução. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005c. p. 145-156.
- _____. Grundrisse – leneamientos fundamentais para la crítica de la economía política – 1857-1858. *Obras fundamentales*. Tradução de Wescleslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. v. 6.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, livro 1, tomo 1, 1983.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, v. 1. livro 1, tomo 2, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS F. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: 1987.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceituação. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 2, n. 5, p. 59-75, 1981.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.
- NETTO, José Paulo; DALLARI, Dalmo de Abreu. A construção e consolidação de direitos. *Conferência proferida no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Fortaleza CE*. São Paulo: Instituto de Vídeo e Com., 2004. (DVD)
- SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, 89, p. 130-154, 2007.
- _____. Serviço Social e violência estrutural: notas introdutórias. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, UNESP, v. 15, n. 1, p. 159-173, 2006.
- _____. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, UNESP, v. 14, n. 2, p. 133-154, 2005.
- SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 51-62, jan./jun. 2005.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.